

Da paisagem como olhar do geógrafo à paisagem como olhar os olhares dos outros¹

Almir Nabozny*

RESUMO: Esse ensaio não segue exatamente uma linearidade discursiva. Caracteriza-se por uma exposição rizomática, partindo de uma pergunta inicial: A paisagem pode se constituir em um “outro” no processo de instituição das identidades? Partindo dessa interrogação, passamos da paisagem centrada no olhar dos geógrafos para o sentir os olhares dos outros. Assim, destacamos as mudanças nas concepções de cultura como elementos que propiciam esse movimento. Disto, chamamos a atenção para três elementos a serem abordados nas construções metodológicas que visem valorizar os olhares dos agentes com as paisagens; são eles: os jogos de escalas, temporalidades, memórias, experiências e pluri-localizações. Por fim, retornamos à questão inicial no âmbito de uma proposição temática. Em que as paisagens, tomadas como conjunto imagético e discursivo, podem configurar-se nos olhares, identidades.

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre.

Palavras-chave:

Paisagem; Olhar; Cultura; Identidade.

Key-words:

Landscape; Looking; Culture; Identity.

From the landscape how to look of geography as a landscape to look the looks of others

ABSTRACT: This text does not exactly follow a linear discourse. It features an exhibition rhizomatic starting from original question: The landscape can constitutes an "other" in the process of formation of identities? From this question, we focused on the landscape look to geographers to feel the stares of others. Just highlight the shifting conceptions of culture as factors leading to that motion. Also call attention to three elements to be addressed in methodological constructions aimed at enhancing the looks of the agents with the landscapes, these are: the games of scales, time frames, memories, experiences and multi-locations. Finally we return to the initial question in the context of a proposition theme. In that, landscapes taken as a set of imagery and discursive can configure the looks, identities

¹ A nomeação desse trabalho é uma paráfrase do título da conferência proferida pelo geógrafo Paul Claval no IV Simpósio Nacional Espaço e Cultura – Rio de Janeiro, outubro de 2004 (texto inédito). O ensaio que apresentamos é oriundo do Projeto de Pesquisa intitulado "Imagens Urbanas de Irati: a paisagem texto na instituição das identidades espaciais" que desenvolvemos no período de 07-2009 a 02-2010 na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, Campus de Irati-PR). Aproveitamos para agradecermos nossos agradecimentos a instituição.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n.1, jan./abr. 2011

Introdução

Esse texto é, na sua concepção, ensaístico. Sua estrutura expressa e reforça justamente um movimento do geógrafo com o mundo em movimento. Traçamos algumas observações e, sobretudo, provocações para pesquisas que se debruçam com as questões atinentes à paisagem.

A partir da observação que as identidades, com frequência, têm aparecido na discussão geográfica, atreladas às discussões territoriais e de forma mais dispersa aos lugares, nos interrogamos como as paisagens também poderiam compor essas dinâmicas. Para exercitarmos essa questão, traçamos um percurso na discussão do olhar na Geografia.

Apontamos alguns elementos importantes para as considerações metodológicas em abordar os olhares dos agentes sociais com as paisagens. O leitor observará que, desses elementos, apareceram autores de matrizes epistemológicas distintas. Porém, reconfiguramos alguns argumentos para recomporos numa abordagem hermenêutica dos olhares em que o olhar do geógrafo é mais um.

Feita essa trajetória, chegamos ao final na questão de partida. Apontamos com problemática/temática a ser explorada nas pesquisas geográficas. Antes de avançarmos, retornemos um pouco mais.

Já é recorrente, nos textos que refletem sobre a paisagem, o destaque do olhar enquanto meio de acessar a paisagem, vinculado, sobretudo, ao estético². Bem como uma discussão histórica de elaboração desse conceito associado à Pintura e/ou à Cartografia. O que leva Holzer (1999) a salientar que se trata de um fenômeno além da fronteira disciplinar e científica da Geografia. Melo (2001) acrescenta ser um termo polissêmico e de uso também plural, o qual se entrecruza com a própria formação da Geografia Moderna.

Contudo, não podemos confundir a paisagem com imagem. Essa segunda é muito mais um pulsar, um momento, a qual, num conjunto, pode instituir paisagens. No entanto, a imagem não se configura numa propriedade da paisagem, como nos faz pensar os estudos paisagísticos, cujas concepções sinonimizam-se nas formas do espaço geográfico. Isto visto que a imagem, por exemplo, pode estar associada também ao lugar enquanto uma primeira consciência espacial (HOLZER, 1999).

Porém, se o estético é quase uma unanimidade, o seu contrário nem tanto. Besse (2006), mesmo discutindo sua relação com a pintura, alerta-nos para o além estético. A noção de paisagem na Modernidade, para o autor, se refere a uma ordem estética, de origem pictórica. No entanto, destacam-se (para além do olhar) três termos-chaves: representação, estética e pintura. Logo, uma construção cultural referenda na imagem, mental, verbal ou realidade sobre um território. Já para as Ciências da Terra (vide a Geografia nesse período), no Século XIX e início do Século XX, a paisagem ganha status de signo a ser lido. Voltamos a frisar o olhar do geógrafo.

² Contudo, existem trabalhos na Geografia que enfatizam paisagens olfativas, sonoras, degustativas ou mesmo táteis, como destaca Gomes (2008).

Problematizando o olhar (dos Geógrafos) na Geografia

Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver. Não vê quem quer. Em matéria de Geografia Física, como em matéria de Geografia Humana, a aprendizagem, à visão das coisas positivas das realidades da superfície da terra, será o primeiro estágio e não o mais fácil. (BRUNHES, 1962. p.416)

Claval (2004) debate, sob o ponto de vista dos métodos, que, na Geografia Humana da primeira parte do Século XX, priorizou-se o olhar do geógrafo. Suas percepções das paisagens, suas leituras dos mapas, o trabalho de campo, entre outros exercícios do olhar geográfico.

Centrando sua análise na Geografia Francesa, o autor temporaliza esse olhar em: percepção intuitivista, sistemática e na leitura estrutural da realidade. Permeando treinamento para o olhar e mesmo uma pedagogia do olhar associado, sobretudo, aos trabalhos de campo.

Acrescentamos que esse olhar, em certo modo empirista, estava sustentado no tensionamento entre as estruturas do real e suas componentes das estruturas discursivas da ciência, nas quais o olhar promove o encaixe estrutural.

Contudo, mesmo nessas concepções, temos dissidências. Uns priorizam o olhar dissecador das estruturas visíveis; outros aportam mais a observação, enquanto um encontro com os objetos, expandido outras dimensões. Nesses casos, podemos dizer que há um sentir! O olhar é confrontado com a paisagem, o encontro nesse aspecto é mais perturbador para com o geógrafo.

No viés daquilo que Claval (2004, 2002a) denomina de abordagem cultural, na qual destaca que vivemos uma volta ao cultural na Geografia hodierna, escolhemos destacar nesse texto o papel que as concepções de cultura influem na formação do olhar do geógrafo e suas relações com a paisagem.

A concepção de cultura e o privilégio do olhar do geógrafo

Estamos permeados de exemplos que sacramentam uma leitura linear da abordagem da paisagem enquanto um elemento chave para entendermos os processos pelos quais os geógrafos se debruçaram em torno da dimensão espacial da cultura.

A mais clássica, num sentido de uma corriqueira ocorrência, diz respeito em situar o debate do/no geógrafo Carl Sauer. Estando para Sauer a abordagem da paisagem presa numa dimensão de materialidade, o qual faria uma descrição linear da fenomenologia geográfica, fazendo uma paráfrase de Monteiro (2001. p.19). Assim, mata-se a charada para aqueles que seguem essa sistemática de críticas: a paisagem se revela ao olhar do pesquisador positivista.

Vemos emergir, nessa discussão, uma dualidade entre material e imaterial, em que Sahr (2007) disserta como essa análise perpassa vários debates no âmbito da ciência geográfica. Desde uma dualidade entre natureza e cultura às relações de homem e meio, numa Geografia lablacheana. Em que, neste caso, desdenha-se a relação de objeto e a ideia de objeto para por em seu lugar uma concepção materialista e naturalizante de um meio... o existente.

Porém, Sahr (2007) alerta que, quando Ratzel, por exemplo, aborda o papel dos artefatos humanos, o faz numa dupla acepção, tendo, por um lado, a necessidade e operacionalidade e, de outro, uma idealização, concepção e projeção de ideias na construção e naquilo que se pode fazer com os mesmos artefatos.

Situarmos Ratzel nessa exemplificação é proposital, uma vez que Claval (2007) traça um percurso da abordagem cultural na Geografia, destacando o papel dos geógrafos alemães enquanto âncoras desse debate, tais como Otto Schlüter e Eduard Hanh. Além disso, em Duncan (2002), observamos uma forte ligação de Ratzel e as concepções de cultura ligadas à Antropologia de Alfred Kroeber e Robert Lowie, posteriormente, Leslie White, os quais fundamentaram, de certo modo, as ideias de cultura em Sauer.

Percebemos, dessa feita, que ao abordar a materialidade não está necessariamente excluído o simbólico. Assim, as críticas que se fazem a Sauer, tomando que o autor aborda uma materialidade em absoluto, não é fielmente verdadeira. Caem numa armadilha de reprodução do próprio discurso de crítica. Pois, para Sauer (2004 [1925]) a paisagem refere-se à base da realidade significativa de uma relação corológica, na qual “O argumento é então deslocado do conteúdo fenomenal para a natureza das conexões dos fenômenos” (SAUER, 2004. p.17).

Preferimos a incursão crítica feita por Duncan (2002). A problemática, não está exatamente no conceito privilegiado de uma materialidade, mas na concepção de cultura que sustenta a Geografia Saureana, a qual o autor afirma que, de modo supra-orgânico, conformaria uma entidade acima dos homens e determinando seu comportamento. Nesse caso, a cultura aparece mais na humanização do natural, em que o geógrafo observa as técnicas na instituição dos modos de vida. A metodologia se institui por meio de comparações entre as paisagens distintas, no entrecruzamento de formas naturais e formas humanizadas que produziria a paisagem enquanto um resultado da conexão: a paisagem cultural.

Cultura esta, nesse caso, inserida numa abordagem mais de objetos, em que derivam as interpretações e que evidencia uma preponderância material em Sauer. Somaríamos um detalhe significativo, considerado por Corrêa (2008), de que a cultura nesse aspecto também teria um atributo de objeto, no qual deriva a consideração dos geógrafos de ler as expressões morfológicas das paisagens.

Mesmo nessa aparente hegemonia, Claval (1999a) destaca a existência de dois aspectos fundamentais nas abordagens culturais da Geografia desse período (mais antigo). Por um lado, as observações das técnicas, dos ritmos e das atividades nas instituições dos gêneros de vida. Por outro viés, as descrições das marcas humanas na instituição das paisagens culturais. Ambos os lados buscavam analisar modos de existência dos grupos humanos. O enfoque, portanto, está mais nas condições instituintes dos mesmos do que nos próprios agentes sociais.

Já Duncan (2002) refere-se que a cultura é trabalho humano, enfatizando nisso a residência dos problemas nos enfoques culturais antecedentes. Assim, os geógrafos (da Escola Berkeley, sobretudo) recorreriam a uma ideia errônea de cultura autônoma e acima dos homens, por estar o trabalho dimensionado de forma anônima. Quanto às instituições, que eram vistas como produtos da cultura também de forma supra-orgânica, Duncan (2002) destaca que, por essa forma de raciocínio, ignoram que elas resultam da interação social. Assim, frequentemente representam os interesses de alguns grupos em oposição aos outros. Disso, as abordagens escamoteariam relações fundamentais, bem como cometeriam um erro ontológico em olhar para a estrutura supra-orgânica, separando os indivíduos da cultura.

Alguns elementos das abordagens atuais de cultura na Geografia – rompendo com o olhar centrado na visão do geógrafo

Inicialmente, as novas abordagens partem da crítica à antiga concepção supra-orgânica, a qual era fundamentada em objetos materiais e quase desvinculada dos seus agentes. Para as novas perspectivas, a cultura será entendida enquanto representações, ideias, costumes que são interiorizados pelos indivíduos na mediação com o social. Sendo essas mediações constituídas de forma sintética por normas e condições materiais.

Observamos que essa mudança traz também uma nova perspectiva de escala de análise: o cotidiano. A concepção defendida por Claval (1999a) é a de uma cultura relacional, em que o indivíduo elabora suas representações, saber-fazer, entre outros... nas disposições espaciais da proximidade e no conjunto das redes de contatos.

São componentes da cultura os conhecimentos ambientais, sociais e a esfera de valores (CLAVAL, 1999a. Principalmente páginas 67-68). A esfera de contato é criadora dos círculos de intersubjetividade, na qual a mediação se realiza pela comunicação (textual, oral, midiática, etc). Tendo a comunicação duas bases: uma analítica, baseada em estruturas de informação (espaço físico) e uma simbólica, orientada a aproximar ou mesmo distanciar por meio dos valores encadeados (espaço psicológico). Destaque-se o papel dos espaços projetivos (utópicos).

Já em outro texto, Claval (2002b) referencia o papel das comunicações e das representações na passagem das mensagens, em que difundir conhecimentos são problemas de comunicação.

Mas a maior parte daquilo que os homens se transmitem passa por signos, sinais e mensagens expressas num código recebido por eles - isto é, numa linguagem natural ou artificial. Portanto a cultura é o conjunto de representações sobre os quais repousa a transmissão (CLAVAL, 2002b. p. 141).

A cultura interessa à Geografia de maneira que o espaço facilita ou dificulta a comunicação na vida de relações. Antes de entendermos os processos culturais, temos de entender as relações inter-pessoais, “jogos” de comunicação e de sujeitos e suas coletividades.

Percebe-se, pelos eixos encadeadores da cultura, comunicação, representação, códigos, signos, entre outros, um acolhimento na Geografia da denominada “Virada Linguística”, baseada nas filosofias da linguagem de Ludwig Wittgenstein e Mikhail Bakhtin, por exemplo. Assim, não é ao acaso termos uma emergência das abordagens da paisagem por meio de metáforas textuais, ou mesmo do espaço geográfico enquanto palimpsesto, que se escreve e re-escreve, entre outras posturas que se seguem.

Compondo elementos para o sentir o olhar dos outros com as paisagens

Como Geografia, entretanto, o universo mais amplo do discurso se centraliza sobre o conhecimento e ideias a propósito do homem e meio ambiente; qualquer pessoa que examine o mundo ao redor de si é, algum modo, um geógrafo (...). As crenças primitivas do mundo eram simples e suficientemente consistentes para que todo participante compartilhasse muito da sua substância. Na sociedade científica do mundo ocidental ninguém realmente capta mais do que uma pequena fração da visão geral do mundo, teoricamente comunicável (LOWENTHAL, 1982. p.105-108).

Neste ensaio, fazemos um exercício de problematização do olhar na Geografia, inspirado no texto de Claval (2004), em que elegemos a discussão do conceito de paisagem como debate e, ao mesmo tempo, elemento indicador dessas mudanças.

Dito isso, percebemos que na contemporaneidade tais incursões resultam em três concepções que se sobressaem, de forma que cada qual prioriza temas e elementos em suas investigações.

Num viés mais humanístico, decorrente dos debates que se iniciam por volta dos anos sessenta, num diálogo com a fenomenologia e o existencialismo, temos os trabalhos que recorrem à percepção e os sentidos atribuídos à paisagem. Estando a percepção fundamentalmente alicerçada na visão que “o olhar participa da experiência emotiva e, por vezes, estética, que temos dos lugares” (CLAVAL 1999a. p.83).

Tomemos como um bom exemplo Guimarães (2002) que, em seu artigo, discorre a respeito das sensibilidades topofílicas e topofóbicas à luz dos estudos sobre a experiência, percepção e interpretação ambiental. No qual a autora destaca duas dimensões fundamentais: a paisagem vivida e a paisagem simbólica, refletindo que a experiência é integrada na percepção do corpo e do espírito dos agentes, em que os lugares concretos estariam impregnados de subjetividades e diferentes cadências temporais. Sem fazer a clássica dicotomia Moderna entre subjetividade e objetividade, mas sim evidenciando que essas instâncias são “produtos” de interações que constituem a paisagem numa multi dimensão.

Num segundo foco, destacamos os estudos que enfatizam a relação entre paisagem e representações. Focalizamos, neste caso, as metáforas textuais de Mondada e Söderström (2004) e, sobretudo, de Duncan (2004). Quando Duncan (2004) disserta sobre a paisagem, destaca que os sentidos atribuídos à paisagem são passíveis de serem vivenciados de formas diferentes pelos grupos sociais. Assim, traz uma importante formulação para interpretação (metodológica) da paisagem, sendo possível argumentar que cada grupo social tece os múltiplos textos componentes da realidade, que é construída em campos contratuais – intertextuais. Aqui, onde o olhar do agente é co-integrante da paisagem, e os sentidos são mediados pela expressão da teia de relações em sociedade, sendo esta frequentemente redesenhada, fluída e híbrida. Podendo ser contestadas.

A terceira possibilidade que salientamos é paisagem enquanto matriz dos reflexos que necessitamos para viver e enquanto marcas humanas na paisagem. Em que Berque (2004) evidencia que a paisagem exprime concretamente a relação socioespacial produzida, reproduzida e transformada pelos agentes sociais, nas relações entre o agente social e o mundo. Destacando que não é somente a percepção que viabiliza a mediação, mas todos os modos de ações em que o indivíduo é situado no seio de uma cultura, no seu estar-junto espacial, muito embora os sentidos nunca sejam exatamente os mesmos para cada indivíduo. A paisagem geográfica comporta significados enquanto produto social, sendo que esse é representado por agentes que lhe atribuem sentidos a partir de sua significação social, formada em seus círculos de intersubjetividades e nas suas conformações identitárias nos grupos.

Essas três possibilidades perfazem caminhos distintos. Na primeira que destacamos, temos uma ênfase nas sensibilidades e nos sentimentos positivos e/ou negativos nas relações espaciais. Na segunda, há ênfase numa interpretação hermenêutica da paisagem entre o geógrafo com os grupos pesquisados, podendo ser evidenciados tensionamentos de poderes (dos grupos) no cruzamento das intertextualidades, nas tentativas de estabelecer hegemonias de discursos e intensões por meio das paisagens. Na terceira, verifica uma carga para simbolismos das marcas e das matrizes na produção de diferentes significados atribuídos às paisagens, em que poderíamos incluir, também nesse bojo, uma abordagem neo-marxista de Cosgrove (1998) na discussão de quais seriam os grupos capazes de perpetuar suas marcas na paisagem (?).

Dadas as diferenças, essas perspectivas renovadas compartilham uma questão importante: a passagem dos estudos centrados no olhar do geógrafo para a busca de entender os olhares que os agentes sociais constroem em relação às suas paisagens.

Sem focalizar uma das perspectivas especificamente, gostaríamos de estabelecer, na sequência, alguns elementos que consideramos importantes de serem apontados nas suas metodologias por aqueles que buscarem sentir o que o olhar dos outros tem a dizer.

Entendendo os agentes e as paisagens nos jogos de escalas

Começa-se com uma escala similar à escala cartográfica. Aquilo que aparece nos trabalhos acadêmicos, no âmbito de uma construção metodológica da pesquisa, como o recorte espacial. Pois, trata-se de uma delimitação justificável e areal em que a pesquisa se inscreve.

Temos, logo em seguida, uma escala geográfica. Aqui estamos nos referindo a Castro (1995). Tamanho dos fenômenos em ocorrência, em que a autora vai além, quando a escala muda o fenômeno e o tamanho das ocorrências que se alternam. Logo, a escala geográfica transcende a delimitação cartográfica. Assim, na pesquisa da paisagem olhar a delimita?

Melazzo e Castro (2007) enfatizam, em Castro (1995), que a autora se refere à escala como um conceito no ranque de quatro elementos: Primeiramente, o referente, ou seja, o sujeito e o posicionamento na escolha da escala; em segundo momento, a percepção que seria a mediação entre o conhecimento concebido e a realidade; num terceiro patamar estaria a concepção tal como conhecimento transformado em decodificação da realidade. E por último, a própria representação, ou a maneira de apreensão da realidade. Estes quatro elementos perfazem um conjunto de apreensão conceitual da escala geográfica.

Melazzo e Castro (2007) discutem os trabalhos do geógrafo Neil Smith, referendando poder ser a escala um dado da realidade na teoria de um construto e, portanto, uma diferenciação espacial e um produto desenvolvido por meio dos processos sociais.

Destacamos a discussão desses jogos de escala por consideramos um aspecto importante na compreensão dos olhares dos outros (os agentes sociais) na interpretação de suas paisagens. E, dessa forma, faremos um exercício de entrelaçamento entre as duas posições acima, em que evidenciaremos a escala geográfica enquanto um conceito-fenômeno.

Aqui, iremos denominar de escala dos agentes ao referirmos a escala de sensibilidade. Assim, concepção areal e cartográfica, de representação dos fenômenos e apreensão da realidade enquanto produto das diferenças sociais, etc, serão dimensões que se constroem no percurso hermenêutico entre geógrafo e os não geógrafos.

Essa dimensão da sensibilidade configura a soma da localização, tamanho e, também, mudança de uma fenomenologia dos objetos – geografismo – mais a intensidade das relações com as quais os sujeitos estabelecem com a paisagem. Traduzindo para a “poética do espaço”, em Manoel de Barros³, é quando se pode perceber que o quintal da casa pode ser maior que a cidade. Invertemos, nesse caso, o percurso escalar e ressaltamos as memórias e temporalidades.

³ Ver principalmente a poesia “Achadouros” In: BARROS, Manoel. Memórias Inventadas: A Infância. (2003).

Memórias e temporalidades – dos agentes com as paisagens, suas experiências

Tempo e memória irão confabular uma expressão concomitante. Por um lado, a máxima derivada no Brasil, sobretudo da concepção de Santos (2007), a paisagem é um acúmulo diferencial de tempos históricos. Em outras palavras, a empirização do tempo no espaço. Por outro lado, teremos a expressão também recorrente das trajetórias dos grupos e dos agentes imbricados na suas percepções (individuais) e nas suas atribuições de significados a essas materialidades expressas por paisagens – concebidas enquanto forma do espaço geográfico. Os tempos da paisagem.

Saindo de um nível perceptível individual (cognitivo) e configurando representações, no bojo que os seres humanos compartilham códigos, sobretudo a linguagem, e que por meio dessa comunicam-se, partilham valores e, ao mesmo tempo, podem vir a contestá-los. Disso, vem a jusante do debate a ideia de memória enquanto um elemento chave para a compreensão da afetividade que os seres humanos tracejam com suas espacialidades. Os tempos dos agentes.

Contudo, o tempo da memória não é simultâneo com o da paisagem. O tempo da paisagem é formado pelos tempos das ações intencionais dos grupos de forma hegemônica, os que estabelecem relações de mais eficiência de poder (construindo um significante). O tempo dos agentes que significam é um compartilhar de existências, são processos de múltiplas trajetórias, os percursos, os encontros, desencontros. É um ali, o lá e o aqui... Em que 'Quando' e 'Onde' se entrelaçam, sendo marcas de intensidade! E não apenas a ideia fixa de duração, mas também de duração enquanto uma dinâmica que pode ser flexibilizada novamente pelos códigos, "eu não estive lá, mas assisti à televisão e fulano contou-me". Logo, a paisagem geográfica não é um vazio, seja ele cartesiano ou estruturalista, ela pede por nominação e adjetivação, daí nascem juntamente suas significações.

Paisagem e significados co-atribuídos se desprendem da forma do espaço e ganha o status que Besse (2006) denomina de horizontes... do geográfico – acrescentamos.

Entenda-se bem, a paisagem se deixar ver, mas, além do simples pitoresco, na ordem própria da visibilidade que a paisagem oferece, o ser humano, ao situar-se nela descobre as dimensões do seu ser. A paisagem é ambiente, mas círculo fechado: ela é desdobramento, ela é fundamentalmente um horizonte que se abre. Na verdade, ela só é geográfica, diz Dardel, 'pelos seus prolongamentos, pelo plano de fundo real ou imaginário que o espaço abre além do olhar' (BESSE, 2006. p.92).

⁴ Tributamos a consciência da paisagem e a paisagem da consciência às ideias de Armando Corrêa da Silva ao se referir em territórios, no livro: De quem é o pedaço? Espaço e Cultura.

Horizontes em tempo e espaço com diversas direções de intencionalidades, ações e significações. Podem ser desde as toponímias afetivas, como com quem diz "adoro passear pela Rua da Estação". Mesmo sem a Estação, ou com prédio ganhando nova função e, por fim, destacando que a rua nunca teve o nome "oficial" de Estação. O que é uma Estação noutra dimensão. Aqui caberiam vários exemplos. Também o sentido oposto pode ser, tomando horizonte mais além, num duplo sentido: "com a implantação dessa fábrica, agora a cidade vai para frente". Ambas são expressões por nós coletadas em um cotidiano qualquer. Na primeira expressão, a paisagem pode se confundir com um lugar, um percurso, uma região vivida. No segundo, a cidade se metaforiza no horizonte – paisagem...

Assim, a memória pode perfazer uma paisagem da consciência. Mas essa é criada numa relação dialógica com a consciência da paisagem⁴, com os contatos, sobretudo nas experiências, nas trajetórias em que a paisagem, de acordo com Meinig (1979 apud HOLZER,

1999), é um contínuo que imprime, de forma eminentemente simbólica, um caráter unitário aos nossos sentidos. Em que “A experiência é, ao mesmo tempo, inserção súbita no grande acontecimento do mundo e descoberta da presença deste acontecimento em nós” (BESSE, 2006. p.106).

A dupla localização dos agentes

Voltemos ao olhar do geógrafo.

Vejamos uma conjectura em tipos de ideias do ponto de vista da análise, sendo talvez carregada de preconceitos e não muito ideal sob o aspecto de uma justiça social. Tempos distintos, processos e, sobretudo, conteúdos diversos.

Num ângulo, as localizações que se inscrevem nos espasmos das áreas.

Ao abordamos numa pesquisa, por exemplo, espacialidades dos centros urbanos, em alguns casos, nos chamados “centros históricos”, em muitos teremos uma paisagem mais estandardizada, um processo estabelecido.

Diferentemente, numa periferia pobre, a paisagem pode ser um contínuo inacabado. É um “puxadinho” ali, aqui, é o filho da filha que nasceu, é um ocupar e agrupar. Disso, não há imagem de satélite que dê conta de mapear uma dinâmica tão intensa. Embora técnicos da prefeitura queiram aumentar o imposto predial, mas o cinismo não chega a tanto, afinal, é uma ocupação irregular!

Avancemos para o olhar dos outros – novamente.

São as localizações (fora das áreas) mediadas por círculos intersubjetivos. E sobrepostas na concepção das áreas, pois, não pairam sobre os ares. O que não caracteriza um espaço receptáculo, mas frequências. São intensidades, é o centro que se visita, trabalha. É a periferia onde se mora e se joga o baralho nos finais de semana. Bebe-se no bar e volta-se para o centro de ressaca na segunda-feira. São paisagens com vida.

Agora, a prefeitura faz um projeto de revitalização do centro. Despertar o sentimento de valorização da historicidade daquelas formas impregnadas na paisagem. Quantos valores arquiteturais! Realmente, são belas formas! Mas, no intersubjetivo da experiência cotidiana, ali acontece a labuta. As interações baseadas nos laços das amizades podem estar num horizonte. Na última parada do ônibus, no retorno para a vila.

Traçamos esses exemplos, estereotipados em dicotomias puras, para evidenciarmos como os discursos dos valores atribuídos à paisagem podem perpassar por imposições. Relações de poder. Configurando desafios para olhar o olhar dos outros, pois esses são plurais.

Assim, as localizações dos agentes na interpretação das paisagens perpassam por dinâmicas de duplas localizações dos mesmos em relação às paisagens sem dicotomizá-las. Primeiro, a formação do próprio espaço geográfico, somado àquilo que Buttimer (1982) denomina de “redes de interação”, atreladas às heranças sócio-culturais dos grupos. Remanejadas pelos símbolos e sinais que motivam/orientam as ações dos grupos, em que ocorre uma ordenação ou intencionalidade do mundo da experiência com as ações dos agentes/sujeitos. Obviamente, não há um determinismo do ambiente, mas um processo que se revigora por uma experiência dada e que reforçamos através da linguagem. São duplas as posições relacionais.

Uma proposição temática - relações de paisagens e identidades

Impingindo em nossa análise um interesse pela cultura no âmbito do entendimento das significações da paisagem, sob o aspecto de relacionar as maneiras/possibilidades em que a paisagem inscreve-se, também como forma de comunicação, não necessariamente verbalizada. Antes de entendermos os processos culturais, temos de entender as relações interpessoais, ou seja, o “jogo” de comunicação de agentes individuais e as coletividades.

Destacamos que os agentes jamais são pré-discursivos. Os mesmos darão sentidos às suas experiências no tensionamento entre discursos postos e a experiência vivida, resignificando os discursos e, ao mesmo tempo, produzindo-os. Configurando essa relação como elementar na constituição das identidades que se especializam.

Referente a esse debate, salientamos que:

Em relação ao conceito de identidade, pelo menos três características precisam estar claras: a primeira é o caráter relacional inerente às identidades. Toda identidade constrói-se na relação com o outro. No conflito político, o “eu” só existe como diferença do “outro”. O “eu” (particularismo) tende a associar-se a outros, construindo-se assim um “nós”, que por sua vez tende a se opor a um “outro” que se articula a outras particularidades, formando um “eles”. (SANTOS, 2009. p.62-63).

Nesse comentário de Santos (2009), referente ao debate em torno da discussão das identidades, efetivado pela filósofa Chantal Mouffe, está inerente a negação de um fundamento universal dos sujeitos e de natureza permanente. Assim, o que há, são posições de agentes dentro dos circuitos relacionais de formação de nós e outros (eles), numa plêiade de singularizações e multi-identidades de um “eu” (particularistas). Configurando-se numa constante Re-Elaboração do “projeto” de pensar e ser no mundo a partir do eu (nós) e os outros (eles). Uma alteridade processante em que nos configuramos temporalmente e espacialmente, seja de forma contínua ou descontínua.

A descontinuidade material não significa ausência de uma mediação espacial na constituição de nossas multi-identidades, enquanto seres multifacetados, relacionais e pluri-posicionados, com nossas negociações discursivas cotidianas com ele(s) espelho(s), que reflete não só aquilo o que somos, mas também que queremos ser e não ser, concomitantemente.

Assim, o outro não é um adversário, mas uma extensão dialógica (às vezes dialética, podendo formar um novo na síntese) e necessária para o eu existir. Nesse aspecto, destacamos que o outro não se refere somente aos agentes sociais. Dissertamos dessa forma para a própria paisagem enquanto agente de configuração dos sentidos que as pessoas atribuem às suas existências. Embora evidenciando a perspectiva do território, a reflexão efetuada por Claval (1999b) pode ser transubstanciada para a possibilidade da paisagem enquanto um outro ao relacionarmos que:

os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999b.p.11)

Aludimos, então, para uma ideia de um espelho textual, ou seja, o texto da paisagem como materialização da ação social que se manifesta à consciência enquanto fenômeno ou fato na configuração da própria existência social. Ao mesmo tempo, concebendo-se na paisagem uma espécie de “dupla-existência”, ao enquadrá-la também como uma representação racional, ou seja, um modelo conceitual para os estudos geográficos.

Ressaltamos, como elemento fundante nessa perspectiva de entendimento da paisagem, a espacialidade dos próprios agentes sociais. Enquanto a multidimensionalidade das localizações relacionais (GOMES, 2006) em que as locações e as ordens dos objetos vão compor também as práticas dos agentes sociais... Onde a paisagem vem a engendrar a situação do humano (posição). E é segundo Pereira (2006), numa derivação aristotélica, a própria sustentação da ideia de existência do humano: “o que existe, só existe em algum lugar”.

Dessa feita, a paisagem, um outro na composição das identidades, pode configurar uma temática interessante para entender os olhares dos outros e as paisagens.

Últimos olhares

Ao pontuarmos nossas últimas palavras fazemos um breve resgate daquilo que debatemos nesse ensaio. Sem estabelecer uma linearidade, buscamos de forma rizomática fertilizar ideias entre diferentes autores de variadas nuances epistemológicas. Tendo como cenário o movimento relacional do olhar, do geógrafo e dos outros (agentes).

Assim, destacamos um caminho de inversão da perspectiva do olhar do geógrafo para o olhar - o olhar dos outros agentes conformadores da paisagem. Propositamente deixamos ao longo do texto duas citações sem os nossos comentários. Uma inicial é de Jean Brunhes (1962) onde o autor faz uma clara indicação do olhar dissecador do geógrafo diante de uma paisagem, enquanto um fato positivo, uma expressão da superfície terrena. Posteriormente, Lowenthal (1982) efetiva um discurso apregoando para uma valorização do olhar do outro, uma Geografia do cotidiano. Diante daquilo que expomos nos colocaríamos numa posição de diálogo hermenêutico – no meio dos dois, em que destacaríamos uma interpretação da paisagem por meio da conjunção dos olhares, entre o geógrafo e os agentes da paisagem.

Num segundo momento tecemos alguns comentários no range de confabularmos uma incursão de interpretação dos olhares dos outros, em que passaríamos um marcador de texto em termos de proposições na ideia de escala de intensidade do agente, a qual está profundamente imbricada com o tempo do agente.

Insistimos na ideia de agente no âmbito visualizamos uma Geografia da ação. Nesse caso ações de duplicidades, de um lado, as projeções construtivas da paisagem – os tempos da paisagem, por outro lado, as ações significativas – os tempos dos agentes. Às vezes, ambos em correspondência e, em outras provindas de tensionamentos. Dessa forma, antecipamos uma possível crítica que questionaria não haver nenhuma diferença entre o discurso do cotidiano e o da ciência (?). De forma antecipada, traçamos alguns elementos que possam compor a interpretação investigativa na conjunção dos olhares. Ao mesmo tempo em que apontamos para uma ação construtiva, nos posicionamos para além de uma perspectiva individualizante (indivíduo e paisagem), uma vez que delineamos para a existência de certas estruturas nas formas. Por outro lado, ao falarmos em comunicação, compartilhamento de

valores, evidenciamos que a ação interpretativa se viabiliza por meio de representações sociais. E por fim, destacamos como salutar o diálogo de conhecimentos sem o estabelecimento de ranqueamentos.

Outra ideia propositiva, em termos de atenção para futuros trabalhos, diz respeito às localizações relacionais, em que chamariamos atenção no âmbito da consideração da formação da paisagem e sua herança. E principalmente o ímpeto, ou seja, a frequência espacial enquanto também uma forma ativa, em que se fecharia em termos metodológicos com a escala de intensidade. Consideramos assim, o tempo, como a projeção e a paisagem enquanto o horizonte.

Numa terceira parte do texto, fizemos uma proposição de exercício temático em termos de trabalharmos as paisagens geográficas e a confabulação identitária dos grupos sociais. Dessa feita arrolamos algumas justificativas finais com relação a essas possibilidades.

Destaquemos que, ao buscar abordar a relação dos agentes sociais e seus olhares com as paisagens, nos embrenhamos para o espaço de vivência cotidiana, no qual teremos uma imensa dificuldade se tentarmos um enquadramento formal dos discursos dos agentes, se permeamos os debates por meio de um aprisionamento do “eu”, destituído do “outro”.

Contudo, ao trazer os agentes e suas práticas geográficas para “dentro” da discussão da própria ciência geográfica, pode-se contribuir para entendimentos dos significados atrelados às espacialidades, ao mesmo tempo compreender como essa significação das espacialidades se configuram numa importante dimensão na formação dos sentidos atribuídos à vida.

Em que os resultados investigativos podem vir a somar à Geografia e aos grupos sociais, no delineamento de respostas integradas aos espaços de convivência, no momento em que as discussões em torno das perdas dos sentidos, da erosão das identidades inundam os debates acadêmicos e midiáticos.

Mostrar maneiras específicas de olhar e sentir, na interconexão de forças globais e poderes locais, constituindo, assim, respostas originais no tracejo de novos projetos sociais ancorados pela dimensão espacial, aqui vislumbrada por meio do conceito de paisagem.

Destacamos que é nas práticas (ações) que os seres humanos constroem posições que organizam suas identidades, sempre em permanente movimento. As normas sociais ou os discursos são as reflexões. Ao agir no mundo, com base nas normas interiorizadas, é impossível uma repetição das normas. Simplesmente porque ao exercitá-las, incorporamos elementos próprios e possibilitamos o novo. Assim, os seres humanos são construídos, mas não determinados. As constituições são legadas também do seu próprio agir.

Todavia, destacamos que a paisagem pode exercer um importante papel na constituição das identidades dos grupos sociais. Em que as normas culturais de convivência constituem-se por processos históricos e espaciais praticados e experienciados, dando origem à constituição das identidades. Porém, existe uma pluralidade de identidades cujas sínteses se configuram nas tensões performativas, a partir de uma reserva pessoal dos sujeitos o “eu” e a paisagem figurando um “outro”, numa concepção de espelho refletindo e ajudando a tomar consciência de suas construções que partilham e/ou disputam.

A identidade só existe na diferença (relação). Com a paisagem, temos (eu) uma configuração de relações e extensão. Dado que o outro é criado por um nós, mas é sempre relação, porque é ação criativa. Pode estar anônima, às vezes o anonimato é exatamente intencional (estratégia de poder). Já os processos de significação são dos agentes interacionais com a mesma paisagem. Enquanto uma segunda ação – sensível. Dessa forma, a paisagem é o arranjo imagético. É a união de recortes, discursos. Ao mesmo tempo, um recurso para produzir os sentidos da experiência.

Referências

- BARROS, Manoel de. **Memórias Inventadas: A Infância**. São Paulo: Planeta, 2003.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro:UERJ, 2004. p.84-91.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: Seis Ensaio Sobre a Paisagem e a Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p.165-193.
- CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999a. p.59-97.
- _____. O Território na Transição da Pós-Modernidade. In: **Revista GEOgraphia**, Niterói: UFF/EGG, ano 1, n.2, p 7-26. 1999b.
- _____. Campo e Perspectivas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Geografia Cultural: Um Século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002b. p. 133-195.
- _____. "A volta do cultural" na Geografia. In: **MERCATOR – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza (UFC), ano 01, n.1, p.19-28. 2002a.
- _____. Do Olhar do Geógrafo a Geografia Como Estudo do Olhar dos Outros. **Conferência Proferida no IV Simpósio Nacional Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ . Outubro de 2004. (texto inédito).
- _____. **A Geografia Cultural**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Espacialidade da Cultura. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aurenice de Mello (org). **O Brasil, A América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. v.02. p.301-313.
- COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problema da teoria. In: **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n 5, p.05-29. Jan/Jun de 1998.
- DUNCAN, James Stuart. O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro (UERJ), n 13, p 7-33, jan/jun de 2002.
- _____. Paisagem Como Sistema de Criação de Signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Imagens da Cidade e Cidades Imaginadas: Confusões, Perigos e Desafios. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aurenice de Mello (org). **O Brasil, A América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. v.02. p.314-330.
- _____. **A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.
- GUIMARÃES, Solange T de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 117-141, 2002.

HOLZER, Wether. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas Para o Estudo Geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p.149-168.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.p.103-141.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Paisagens, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 29-48.

MELAZZO, Everaldo Santos; CASTRO, Cloves Alexandre. A Escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? In: **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente - SP: AGB, ano.23, v.02, n.29, p.133-142. Ago/Dez de 2007.

MONDADA, Lorenza; SÖDERSTRÖM, Ola. Do Texto à Interação: Percurso Através da Geografia Cultural Contemporânea. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 133-156.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **GEOSSISTEMAS: a história de uma procura**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, Maria Flortice Raposo. A Geografia no Pensamento Filosófico. In: **MERCATOR – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 05, n.10, p. 31-37. 2006.

SAHR, Wolf-Dietrich. Signos e Espaço Mundos – A Semiótica da Espacialização na Geografia Cultural. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org). **Da percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem. Curitiba: NEER, 2007. p.57-79.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: EDUSP. 2007.

SANTOS, Josadac Bezerra dos. Chantal Mouffe e a filosofia política. In: **Revista CULT**. (Dossiê: feminismo no século 20), ano 12. n.133. 2009.p.62-63.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 12-74.

SILVA, Armando Corrêa da. **De quem é o pedaço? Espaço e Cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

Correspondência

Almir Nabozny– Rua Frederico Bahls, 131. APTO, 102. Centro. CEP: 84010-560. Ponta Grossa - Paraná. Brasil.

E- mail: almirnabozny@yahoo.com.br

Recebido em 21 de junho de 2010

Revisado pelo autor em 22 de janeiro de 2011

Aprovado em 20 de março de 2011